

**HABEAS CORPUS Nº 564.551 - SP (2020/0053039-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : FERNANDO RODOLFO MERCÊS MORIS - SP147338  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : REINALDO MARTINS SALES NETO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de REINALDO MARTINS SALES NETO em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, assim ementado (fl. 23):

EMENTA: Agravo em execução. Progressão ao regime semiaberto concedida na origem. Inconformismo ministerial. Ausência do requisito subjetivo e de exame criminológico. Considerável quantidade de pena a cumprir, ademais, pela prática de crimes graves, gravíssimos. Dados que efetivamente interferem na conclusão. Decisão cassada. Determinação de realização de exame criminológico. Agravo provido.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções deferiu a promoção do paciente ao regime semiaberto (fls. 18-20).

Irresignado, o *Parquet* Estadual interpôs agravo em execução penal, que foi provido pelo Tribunal local.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, que não existe respaldo legal, na espécie, para exigir-se a realização de exame criminológico, quando resta demonstrado que o paciente possui os requisitos objetivo e subjetivo necessários à progressão, e que as faltas graves antigas não têm o condão de macular o seu mérito.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para deferir a progressão do paciente ao regime intermediário, independentemente da realização de exame criminológico.

A liminar foi indeferida (fls. 33-34).

As informações foram prestadas (fls. 41-67).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pela concessão do *habeas corpus* (fls. 69-71).

É o relatório.

DECIDO.

Pretende a defesa que seja restabelecida a decisão do Juízo das Execuções que promoveu o paciente ao regime semiaberto, independentemente

da realização de exame criminológico.

O Tribunal de origem deu provimento ao agravo em execução ministerial, com base nos seguintes fundamentos (fls. 45-48):

Sentenciado cumpre penas totais de 24 anos, 5 meses e 25 dias de reclusão, no regime inicial fechado, pela prática dos crimes de furto qualificado e quatro roubos majorados.

Irresignado, recorre o Ministério Público, buscando a cassação da decisão, para que o sentenciado seja submetido a exame criminológico, para oportuna avaliação do preenchimento do requisito subjetivo.

Em boa hora o recurso ministerial.

Isso porque, ainda que tenha cumprido os requisitos temporais necessários à progressão ao regime prisional semiaberto, não se mostra suficientemente incontroversa, até aqui, a completa readaptação social do sentenciado.

O que torna dificultosa, neste momento, a concessão do benefício.

De efeito.

Não bastam presentes apenas os requisitos temporais objetivos para a obtenção da postulação, dês que também é necessária a verificação do mérito do preso, apesar de sua não previsão expressa na atual dicção do art. 112 da Lei de Execução Penal, modificado pela Lei n° 10.792/2003.

O juiz, na condução do processo e na análise da verificação daquele mérito do preso, pode, e sempre, se cercar de todos os elementos necessários à formação de sua convicção, incluso de exames criminológicos. ainda que atualmente alijados – mas não proibidos – pela legislação em vigor.

Dal que toda vez que necessário se faça para a completa elucidação do caso a realização daqueles exames, poderá e deverá o magistrado, ainda à falta de regulamentação pela nova forma do art. 112, da Lei de Execução Penal (Lei n° 7.210, 11.jul.1984), determinar sua realização.

Afinal, **trata-se de sentenciado cumprindo penas por crimes graves, gravíssimos – furto qualificado e quatro roubos majorados –, que, indubitavelmente, colocam em desassossego a sociedade.**

E mais.

**O sentenciado é reincidente específico no crime de roubo majorado e, durante o cumprimento da pena, praticou faltas disciplinares.**

**Ainda, da documentação trazida aos autos, f. 10 e 32/33, extrai-se que o agravado havia sido agraciado com a concessão de livramento condicional, mas tomou a delinquir durante o período de prova.**

**Posteriormente, foi beneficiado com a progressão de regime, por duas vezes e, em ambas oportunidades, voltou a delinquir.**

Donde a cautela e prudência que devem nortear as decisões que eventualmente concedam progressão a esta espécie de condenado.

Tudo a reforçar a conclusão de que não está provada a absorção da terapêutica penal pelo sentenciado e de seu mérito para obter a benesse pretendida.

De efeito.

Não se encontra suficientemente esclarecida nos autos a capacitação, em si, do sentenciado, ou seu merecimento, para obtenção do benefício.

Isto mostra à prudência que, por ora, a progressão não é recomendável.

Tais elementos, só por si, dão evidências de que o sentenciado não deve conviver em sociedade neste momento.

Quem se oferece dentro de padrões tais os anotados, não pode, sem maiores cautelas, ser colocado em regime semiaberto, o que viria constituir verdadeiro prêmio imerecido ao sentenciado, a esta altura.

Por isso que na análise do caso, funciona o Estado-Juiz como elemento de filtro daquilo que possa ser eventualmente nocivo à sociedade.

Tratando-se de delitos graves, como aqui se trata, toda prudência será necessária para colocar-se o cidadão de volta ao convívio social.

Quando se trata de progressão prisional, mister que se avalie a real e efetiva possibilidade do sentenciado vir a se adaptar a um novo regime.

Sem essa certeza possível, dificultoso entendimento no sentido do adotado pela d. Magistrada de origem, "data venia".

Assim e se não há meios de se aquilatar, com segurança necessária, o amadurecimento do custodiado para a progressão, inoportuno será o decreto desta.

Em suma.

Não há provas suficientes a demonstrar, enfim, que o sentenciado, na espécie, reúna condições de ser colocado em regime mais brando.

Finalmente, forçoso realçar a grande quantidade de pena que ainda resta ao sentenciado cumprir – até 22.dez.2028, f. 4 –, marcando traço desfavorável ao seu pleito.

POSTO, dá-se provimento ao agravo, para cassar a progressão prisional concedida, determinando-se a realização de exame criminológico por equipe multidisciplinar completa, composta de psicólogo, assistente social e psiquiatra, para exame da condição subjetiva do preso.

A Corte *a quo* deu provimento ao agravo em execução do MP/SP por entender que se trata de paciente que cometeu crimes graves, sendo reincidente específico, cometeu faltas graves nos curso da execução e que *foi beneficiado com a progressão de regime, por duas vezes e, em ambas oportunidades, voltou a delinquir*, por isso mesmo não estaria preenchido o requisito subjetivo necessário à progressão ao regime semiaberto pretendido.

Contudo, importante destacar que a alegada reincidência do paciente já é aspecto considerado na execução da pena, daí decorrendo as consequências executórias que lhe são peculiares, não se podendo utilizá-la supletivamente para recrudescer ainda mais a situação do reeducando.

No que tange à prática de faltas graves, observa-se na folha de antecedentes do paciente (fl. 61), que há o registro da última falta grave cometida pelo paciente datada de 18/1/2016, possivelmente decorrente da prática de novo crime, inexistindo após isso quaisquer outros registros desabonadores até o presente momento da execução das suas penas.

Neste caso, porém, considerando-se a data das últimas faltas praticadas, imperioso notar que há decurso considerável de tempo a se concluir

pela reabilitação do apenado, observada a natureza progressiva do cumprimento de pena.

Dessa forma, não há falar em desconsideração total do histórico carcerário da presa, mas sim em sua análise em consonância com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e individualização da pena, que regem não só a condenação, como a execução criminal.

Nesse contexto, não pode o paciente ter seu direito a progressão negado por ausência do requisito subjetivo, quando as últimas faltas graves praticadas são antigas, e a autoridade mais próxima do cumprimento da pena vem atestando progresso na sua reabilitação.

Diante disso, de acordo com o entendimento desta Corte, a quantidade da pena e a gravidade abstrata do crime praticados não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime, tampouco podendo antigas faltas graves serem invocadas para macular o mérito do reeducando, nem para se exigir a realização de exame criminológico. A propósito:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO INDEFERIDA. REQUISITO SUBJETIVO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. GRAVIDADE ABSTRATA DOS DELITOS, LONGA PENA A CUMPRIR E FALTAS GRAVES JÁ REABILITADAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

**2. As instâncias ordinárias não lograram fundamentar o não preenchimento do requisito subjetivo para a progressão ao regime intermediário, mormente porque a quantidade da pena e os fatores relacionados ao crime praticado, não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime, bem como as faltas disciplinares são antigas, já reabilitadas há 3 anos, havendo atestado de bom comportamento e exame criminológico favorável. Precedentes.**

3. Habeas corpus não conhecido, mas concedida a ordem, de ofício, para cassar o acórdão e a decisão de 1º Grau, e determinar que o Juízo da Execução reexamine o pedido de progressão de regime, analisando o requisito subjetivo (mérito) com base em elementos concretos da execução da pena, à luz do disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal. (HC 367.947/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 4/11/2016)

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. AGRAVO EM

EXECUÇÃO. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. BENEFÍCIO NEGADO PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM. INADIMPLEMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. GRAVIDADE DOS DELITOS E LONGEVIDADE DAS PENAS. FALTAS GRAVES VETUSTAS. JUSTIFICAÇÃO GENÉRICA E FORA DOS PARÂMETROS LEGAIS. IMPOSSIBILIDADE. FLAGRANTE ILEGALIDADE. OCORRÊNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. A teor do que prevê o atual art. 112 da Lei de Execuções Penais, com a redação que lhe deu a Lei nº 10.792/2003, ao indeferir a progressão de regime prisional, porque não cumprido o requisito subjetivo, o julgador deve fazê-lo de forma motivada em dados concretos da execução da pena, não podendo cercar-se de elementos ou circunstâncias não previstos na lei de regência.

**2. As instâncias de origem não lograram fundamentar o inadimplemento do requisito subjetivo para a progressão carcerária, fazendo apenas referência à gravidade abstrata dos crimes cometidos pelo paciente, à sua longa pena a cumprir e à existência de faltas de natureza grave antigas, cometidas há mais de 5 (cinco) anos, das quais o reeducando já está reabilitado, tendo atualmente bom comportamento carcerário e exame criminológico favorável.**

3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para determinar que o Juízo da Execução reexamine o pedido de progressão de regime formulado em favor do paciente, analisando o requisito subjetivo (mérito) com base em elementos concretos da execução da pena, à luz do disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal (HC 362.983/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 6/9/2016, DJe 16/9/2016).

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. RESSALVA DO ENTENDIMENTO PESSOAL DA RELATORA. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME PRISIONAL SEMIABERTO DEFERIDO PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES PENAS. DECISUM CASSADO PELA CORTE DE ORIGEM. CONSIDERAÇÃO DE FALTA GRAVE COMETIDA HÁ MAIS DE 04 ANOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. POSSIBILIDADE DE EXAME CRIMINOLÓGICO. ORDEM DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDA. WRIT CONCEDIDO DE OFÍCIO. (...)

**5. A existência de falta grave autoriza o indeferimento do pedido de progressão de regime prisional, por ausência de requisito subjetivo, conforme entendimento adotado nesta Corte Superior. Entretanto, impedir a progressão carcerária, com base em falta grave cometida há longo tempo (no caso, mais de 04 anos), afigura-se desarrazoado e ofensivo à ressocialização da pena, mormente quando possível a realização de exame criminológico.**

6. Ordem de habeas corpus não conhecida. Habeas corpus concedido, de ofício, para determinar que o Juízo das Execuções Penais reavalie o pedido

# *Superior Tribunal de Justiça*

de progressão ao regime semiaberto formulado em prol da Paciente, em especial o requisito subjetivo necessário à concessão de tal benefício (HC 286.022/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 22/4/2014, DJe 30/4/2014).

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para restabelecer a decisão do Juízo das Execuções que deferiu a progressão do paciente ao regime semiaberto.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator